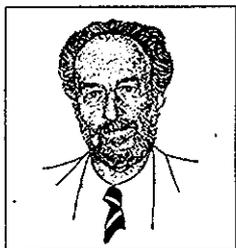


WASHINGTON NOVAES

O impasse nas mudanças climáticas



O que prevalecerá: as razões econômicas ou a prudência e o bom senso?

países se obrigaram a reduzir suas emissões tomando por base o que já acontecera até 1990.

Os países europeus e o Grupo dos 77 tomaram posição contra a pretensão. Principalmente os europeus, já que Alemanha, Inglaterra e França, em níveis diferentes, reduziram suas emissões – e exigem

que os demais países industrializados o façam, já que isso influi no nível de competitividade econômica. Por isso mesmo Estados Unidos, Japão e Canadá tentam contornar a obrigação.

O segundo ponto do impasse está na chamada implementação conjunta, pela qual dois países podem apresentar balanço conjunto de suas emissões, com a redução em um compensando o acréscimo em outro. Surgiram dois problemas:

- O temor de que a redução das emissões nos países da antiga área socialista, principalmente na Rússia e na Ucrânia, compensando o aumento em outros (Estados Unidos, por exemplo), possa levar à extinção da obrigação de reduzir, sem nenhuma redução de fato; seria preciso, então, estabelecer limites para a compensação;
- e o desejo – uma novidade

de de grandes empresas norte-americanas e japonesas – de que na execução desse mecanismo constasse o seu acordo particular de compensação de emissões, de modo a que possam fugir também do cumprimento de exigências de redução dentro das fronteiras de seus países.

Terceiro ponto do impasse: não se chegou a acordo quanto às penalidades a serem impostas aos países que não cumprirem suas obrigações assumidas em 1992 e 1997. A tese brasileira é de que se deveria estabelecer uma multa, definindo a priori o valor por tonelada de carbono não reduzida das emissões.

O quarto ponto envolve as regras para regulamentar o comércio de emissões.

É difícil prever a evolução das negociações, mesmo com a decisão de não ser considerada encerrada a reunião de Haia e prossegui-la em Bonn, em maio. Terá forte influência, por exemplo, o que acontecer nos Estados Unidos. Até aqui, parece não haver muitas razões para otimismo, já que os republicanos continuarão tendo número para bloquear a homologação do protocolo em seu Senado – e, sem ratificação dos Estados Unidos, na prática ele não entrará em vigor. Além do mais, Al Gore seria mais favorável ao protocolo que Bush.

A divulgação oficial do novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças

Climáticas (IPCC) – que já circula reservadamente para comentários dos governos –, por volta de abril, certamente influenciará a opinião pública mundial a pedir urgência para as soluções. Já se sabe que o IPCC tornou ainda mais pessimistas suas previsões: a temperatura poderá subir entre 1 e 6 graus até o fim do século 21; o nível dos oceanos poderá subir até 75 centímetros; a redução nas emissões de poluentes deveria ser entre 50% e 70%, muitas vezes maior que a acordada em Kyoto, de 5,2% nos países industrializados.

E não é só o IPCC que faz essas previsões. A Agência Meteorológica da ONU prevê que as mortes por calor no mundo vão dobrar em 20 anos (os 23 anos mais quentes da história do mundo ocorreram de 1975 para cá); as perdas por desastres climáticos multiplicaram-se muitas vezes nas últimas décadas; as perdas de gelo no Ártico e na Antártida assustam os climatologistas.

Enquanto isso, impacienta-se a opinião pública mundial. Em Haia, embora em menor escala, já houve demonstrações e protestos semelhantes aos de Seattle, Tóquio e outros foros.

Continua de pé a grande questão: o que prevalecerá? As razões econômicas, os cálculos da influência das reduções de emissões na competitividade econômica? Ou a prudência recomendada pelos cientistas e pelo bom senso?

Os mais pessimistas fazem outras perguntas: ainda haverá tempo para mudar? Existe uma lógica prática capaz de comandar essas mudanças?

Seria preciso somar a essas questões o que foi levantado no estudo do WWF e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e comentado neste espaço – já estamos consumindo, com alimentos, recursos naturais e energia, mais de 40% além da capacidade de restauração da biosfera. Talvez chegássemos, assim, a um estado de susto e alarma que nos movesse.

Não deve faltar, a esta altura, muita gente para dar razão ao renomado físico Stephen Hawking, autor de *Uma Breve História do Tempo*. Há poucas semanas, Hawking previu que a espécie humana pode não chegar ao final do terceiro milênio, por causa da emissão de poluentes formadores do chamado efeito estufa. A superfície terrestre, teme ele, pode aquecer-se progressivamente, “até chegar a ser como a de Vênus, com ácido sulfúrico em ebulição”. Nesse caso, não restaria à espécie humana, para sobreviver, senão a hipótese de colonizar outros planetas.

Com o malogro da reunião de Haia entre os representantes de 184 países que assinaram a Convenção sobre Mudanças Climáticas, simultaneamente ao agravamento das informações científicas sobre o que já está acontecendo no planeta, por causa do seu aquecimento, não faltará quem dê plena razão ao físico autor da previsão apocalíptica.

O impasse em Haia se deu em torno de quatro pontos. O primeiro foi a intenção de alguns países – entre eles Estados Unidos, Canadá e Japão – de contabilizarem o carbono “seqüestrado” por suas florestas (em processo de recuperação após serem cortadas) e deduzirem esses valores daquilo que terão de reduzir em suas emissões para cumprir o compromisso de Kyoto. Isso permitiria aos Estados Unidos, por exemplo, deduzir cerca de 300 milhões de toneladas anuais das 400 milhões anuais a que se obrigaram. Além da dificuldade de saber quanto do seqüestro se deve a fatores naturais (e, nesse caso, não computável) e quanto a ações intencionais, uma grande parte do cálculo incidiria sobre árvores cortadas antes de 1990 – e nesta hipótese a inclusão não teria sentido, já que os

